



Gestão compartilhada da comercialização solidária de alimentos em Alegre-ES

Halloysio Miguel de Siqueira¹ Joana Junqueira Carneiro²; Jorge Antônio Gonçalves Bitencourt³; Erica Rodrigues Munaro Gabrig Turbay⁴; Lucas Motte Valente⁵.

¹Agrônomo, Doutor em Produção Vegetal/Socioeconomia, professor da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). E-mail: halloysio.siqueira@ufes.br; ²Agrônoma, Mestre em Solos e Nutrição de Plantas, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Solo da UFLA, agente de extensão do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (INCAPER). E-mail: joana.carneiro@incaper.es.gov.br; ³Agricultor Familiar, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alegre. E-mail: jorge.gbitencourt@hotmail.com; ⁴Eng^a Florestal, Mestre em Ciências Ambientais e Florestais, agente de extensão do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (INCAPER). E-mail: erica.turbay@incaper.es.gov.br; ⁵Graduando em Agronomia na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). E-mail: lucasmotte@hotmail.com

Resumo: Esse relato enfoca as experiências educativas de um projeto que apoia melhorias na comercialização de alimentos de agricultores familiares em Alegre, Espírito Santo, com atuação no PNAE e na Rede de Comercialização Solidária. A metodologia utilizada pelo projeto se baseia no princípio da “gestão compartilhada” da comercialização solidária. As experiências são analisadas nas perspectivas teóricas da construção social dos mercados e da transição agroecológica. Uma das conquistas foi a atuação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais como protagonista na gestão do PNAE, o que trouxe grandes avanços quanto à variedade de alimentos, número de agricultores(as) participantes e total ofertado. Outra foi a criação da referida Rede, a partir do projeto. Os desafios principais são: conseguir que as associações assumam plenamente a gestão compartilhada; focar bem mais a adoção de práticas agroecológicas nos sistemas de produção; e realizar um trabalho de educação nutricional nas escolas.

Palavras-chave: comercialização; agricultores(as) familiares; organização social.

1. Introdução

O presente trabalho enfoca as experiências educativas em organização social do projeto de extensão intitulado “Promovendo a comercialização solidária dos agricultores familiares de Alegre-ES”, município localizado no Território da Cidadania do Caparaó Capixaba. O projeto foi iniciado em



2011, sob a coordenação da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, contando com a parceria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, da Rede da Agricultura Familiar de Alegre e do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural – INCAPER.

A necessidade da organização para comercialização nasceu a partir de uma leitura crítica da realidade dos mercados para a agricultura familiar, onde predominam os canais de venda indireta, os quais são marcados pela injusta transferência histórica de renda dos(as) agricultores familiares para os chamados atravessadores. Por isso, as ações de capacitação e organização social envolvidas buscam contribuir para reverter esse quadro.

A partir da construção de conhecimentos sobre economia solidária e mercado justo, gestão da comercialização e organização social, o projeto visa à melhoria da inserção de agricultores(as) familiares nos mercados locais de venda direta. As ações educativas ocorrem na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, no Centro de Pastoral da Igreja Católica, no salão do Centro Espírita e em salas de aula da UFES.

Os focos de atuação são o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e a Rede de Comercialização Solidária – RCS/Alegre, cuja escolha se baseou na clareza de que tais mercados tem grande potencial de expansão e inserção favorável dos agricultores familiares. Esses mercados trazem também o debate sobre a transição agroecológica.

2. Descrição e reflexões sobre a experiência

Em 2012, alguns agricultores familiares já participavam do PNAE, que foi iniciado em 2010, em Alegre. Os projetos de venda de alimentos eram elaborados por um vereador, nessa época, e a gestão era feita somente pela Secretaria Municipal de Educação. Tanto o valor total de aquisição como a variedade de alimentos adquiridos não evoluíam, estando sempre abaixo de R\$ 100.000,00. Por isso, supomos que a principal causa dos problemas iniciais enfrentados na inserção dos agricultores nesse mercado era a passividade dos mesmos. Além disso, o funcionamento e a forma de acessar o PNAE



ainda eram desconhecidos ou pouco conhecidos pela maioria dos(as) agricultores(as) familiares de Alegre.

Essa passividade dos(as) agricultores pode ser explicada pelo fato de terem sido acostumados(as), historicamente, a sempre contar com algum agente externo (técnico ou político) para fazer tudo por eles, de modo assistencialista. Muitas vezes, essa “ajuda externa” é feita por políticos que se aproveitam da falta de conhecimento da população sobre certos assuntos, mantendo um vínculo permanente de favor político, em troca de voto nas eleições.

Percebendo as dificuldades de comercialização, essa demanda foi priorizada no contexto do movimento sindical e da Rede da Agricultura Familiar de Alegre que, a princípio, pretendiam implantar uma cooperativa para dinamizar a comercialização. Após sucessivas reuniões de formação em cooperativismo com as associações rurais, os(as) próprios(as) agricultores(as) concluíram que essa ideia ainda não estava (e ainda não está) madura o suficiente.

Um novo caminho encontrado para ampliar a comercialização foi a implantação de uma Rede de Comercialização Solidária (a RCS-Alegre), que funcionaria também como uma tentativa de “ensaio” educativo de autogestão comercial por meio de uma estrutura organizacional mais simples. A proposta foi colocada pelas entidades parceiras (INCAPER e UFES), cujos representantes são também consumidores(as) e que deram grande incentivo ao estabelecimento dessa rede no início de 2015.

A RCS-Alegre é um canal de comercialização direta, com foco num grupo de consumidores mais conscientes e que encontravam dificuldades ou não gostavam de comprar na feira. A maioria dos(as) agricultores(as) participantes não tinha oportunidade de atuar na feira por falta de espaço no local. A RCS funciona através de um sistema de compra-venda direta de cestas de alimentos, encomendadas semanalmente por e-mail (com uso de planilhas em Excel), trabalhando com alimentos produzidos sem a utilização de agrotóxicos (*in natura*) ou por agroindústrias familiares rurais (processados). Inclusive, há um estudante (bolsista da UFES) que dá suporte operacional à mesma. Nesse sentido, busca-se incentivar a transição agroecológica, o trabalho coletivo e a agregação de valor aos produtos.

A entrega dos alimentos na RCS-Alegre é feita uma vez por semana, sempre às quartas-feiras,



em espaço cedido pelo Centro Espírita, outra entidade parceira. Atualmente, são 10 agricultores(as) participantes e 95 consumidores(as) cadastrados (há vários cadastros que se referem a famílias), dos quais, aproximadamente 30 mantêm uma frequência mensal de pedidos. A média semanal de pedidos é igual a 14. E há uma diversidade média de 70 produtos ofertados, que variam conforme a sazonalidade da produção.

A metodologia utilizada pelo projeto se baseia no princípio da “gestão compartilhada” da comercialização solidária. Por meio dela, as associações da agricultura familiar assumem o seu papel de principais agentes no acesso aos mercados, com base na iniciativa e no esforço conjunto dos(as) próprios(as) associados(as). No mercado do PNAE, a gestão deve ser compartilhada com a Secretaria Municipal de Educação. No caso da RCS, a gestão deve ser compartilhada entre os agentes que fazem parte da mesma, ou seja, agricultores(as) familiares e consumidores(as). Em ambos os casos, também podem buscar o apoio de entidades parceiras, mas sempre preservando a autonomia de agricultores(as) e consumidores(as).

A gestão compartilhada implica no compromisso dos(as) agricultores(as) familiares de assumirem as seguintes novas e principais responsabilidades:

- Fazer o planejamento em conjunto da produção, para atender mais e melhor às demandas;
- Elaborar e cuidar da tramitação dos projetos de venda das associações, no caso do PNAE;
- Negociar com o poder público, no caso do PNAE;
- Coordenar a gestão operacional e financeira da RCS-Alegre;
- Colaborar no levantamento dos custos de produção e comercialização dos alimentos, como um dos critérios para definição dos preços justos;
- Acompanhar o levantamento dos preços referenciais que serão considerados nas compras do PNAE;
- Reivindicar e colaborar nas capacitações;
- Reivindicar projetos de investimento para desenvolver a produção familiar, além de acompanhar a tramitação dos mesmos.



A introdução da metodologia da gestão compartilhada, junto aos(as) agricultores(as) familiares e suas associações, englobou ações de planejamento e avaliação, capacitação e assessoria à gestão da comercialização.

Na primeira fase de capacitação ocorreram três seminários, com os temas: “economia solidária”, “soberania e segurança alimentar e nutricional” e “gestão da comercialização”. Este último foi marcante, pois possibilitou uma rica discussão sobre a importância e as possibilidades da gestão compartilhada nos mercados institucionais.

Depois, foram capacitados oito jovens das comunidades rurais que dispõem de computador para elaboração dos projetos de venda para o PNAE, procurando, assim, dar mais autonomia nesse processo a algumas associações rurais. E ainda capacitamos 21 agricultores(as) sobre legalização de agroindústrias rurais familiares e boas práticas de manipulação de alimentos de origem vegetal, os quais já possuíam agroindústrias informais.

Outro momento educativo realizado foi a oficina sobre a operacionalização da gestão compartilhada da comercialização, que contou com a participação de 23 agricultores(as) familiares, além de técnicos(as) de ATER e alguns estudantes de ciências agrárias da UFES. Como forma de sistematizar as lições e divulgá-las, foi elaborada uma cartilha explicativa da metodologia de gestão compartilhada que foi distribuída como material didático.

A assessoria por parte das instituições parceiras foi aplicada nos seguintes casos: negociação com o poder público; elaboração e tramitação dos projetos de comercialização no PNAE; levantamento dos custos de produção e comercialização dos alimentos e dos preços no varejo; monitoramento e balanço da situação do mercado do PNAE; diálogo permanente com o Conselho de Alimentação Escolar, que é responsável pelo controle social do PNAE; e na gestão operacional e financeira da RCS-Alegre e sua divulgação.

Uma dinâmica bem sucedida de gestão compartilhada foi aplicada no planejamento da produção a ser ofertada para o PNAE municipal. Primeiramente, é feita a negociação, com a Secretaria Municipal de Educação, da variedade e da quantidade de alimentos que serão adquiridos, através de uma comissão de agricultores(as) e parceiros(as). Depois, ocorre o planejamento em conjunto numa reunião ampliada,



contando com a presença de todos(as) os(as) agricultores(as) familiares interessados(as) e das entidades de apoio. Nesse momento, é feita a divisão do total de alimentos a ofertar, entre as associações de agricultores(as) familiares, com base em critérios definidos em comum acordo. Somente depois é que são elaborados os projetos de venda, a apresentar na chamada pública.

Cabe lembrar que para as famílias agricultoras modificarem a sua realidade de produção e comercialização é preciso não só que *saibam* por que e como mudar (através da capacitação), mas também *queiram* mudar e *possam* colocar em prática as mudanças (adaptado de Galjart, 1973). Por isso, as ações educacionais voltadas para promover os mercados solidários devem ter essa clareza para não cair em reducionismos, evitando pensar, por exemplo, que as capacitações por si só vão levar às mudanças conceituais e de atitude. Na verdade, elas devem ser programadas como parte de uma estratégia maior que vai englobar outras ações complementares, tais como as condições concretas de acesso aos mercados.

A questão do “querer a mudança” talvez seja a mais complexa, pois esbarra em vários fatores condicionantes, dentre os quais destacamos: o medo da mudança; o comodismo; a fragilidade e timidez da maioria das lideranças de base, em especial nos momentos de embate com o poder público; e a grande dificuldade das famílias rurais assumirem coletivamente e consolidarem as associações. No caso de Alegre, percebe-se que mesmo sendo curta trajetória de atuação combativa do sindicato (que até 2009 era inoperante no campo da organização sociopolítica), essa alavanca da organização de base foi fundamental para o fortalecimento de laços entre as associações rurais e a criação da Rede da Agricultura Familiar. Mas, também é perceptível o impacto das forças sociais contrárias que operam certa “desconstrução” do nosso trabalho, pois a autonomia incomoda àqueles que não desejam a soberania popular.

Uma grande conquista, por meio do projeto, foi o fato do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alegre ter assumido, como legítimo representante dos agricultores familiares, o protagonismo no processo de comercialização solidária de alimentos, passando a fazer a elaboração e tramitação dos projetos de comercialização no PNAE, bem como a negociação dos termos das chamadas públicas com a Secretaria Municipal de Educação, buscando, inclusive, o apoio do Conselho de Alimentação



Escolar. Além disso, a comercialização solidária de alimentos passou a fazer parte, muitas vezes, da pauta das reuniões mensais da Rede da Agricultura Familiar de Alegre, das quais participam representantes de várias associações rurais.

No caso do PNAE, pode-se observar que o processo de gestão compartilhada repercutiu positivamente no incremento no valor total de oferta de alimentos pelos(as) agricultores(as) familiares, visando atender à merenda escolar, pelo PNAE, passando de 26% dos recursos repassados pelo FNDE ao município, em 2013, para um montante 75% maior que o repasse/FNDE em 2015.

O quadro do PNAE de Alegre em 2015 foi o seguinte: o total de alimentos ofertados foi igual a 34; e foram 39 agricultores(as) participantes de nove associações, uma delas de assentamento de reforma agrária, e dois grupos informais. Em relação ao ano de 2013, esses resultados representam aumento de 54% nos alimentos ofertados e ampliação em 2,8 vezes no número de agricultores(as) de Alegre participantes, além de outros de municípios vizinhos. Destaca-se o fato de que os projetos de venda (oferta) dos(as) agricultores(as) corresponderam a 89% do valor da Chamada Pública (demanda apresentada por edital); e o valor desta foi quase o dobro do total repassado pelo FNDE ao município para custear a alimentação escolar.

Outra conquista foi a criação da Rede de Comercialização Solidária (RCS-Alegre), como mercado alternativo indutor do consumo responsável e da adoção de práticas agroecológicas nas propriedades familiares. Além disso, a RCS vem fortalecendo os movimentos de base, por envolver agricultores(as) organizados(as) em associações e que participam da Rede da Agricultura Familiar de Alegre, um espaço de articulação das mesmas, sendo que um dos requisitos para o ingresso e permanência dos(as) agricultores(as) na RCS é a participação nessa Rede mais ampla.

O sucesso da RCS-Alegre ficou bem descrito na fala de um grupo de mulheres produtoras (*Burguevilhas do Córrego Lambarizinho*) que participa da mesma, como segue:

Nós não comemoramos só as vendas, mas também a gratidão a Deus, as amizades conquistadas, o amor, o respeito, o companheirismo e a parceria. É realmente o que o nome da Rede diz: “solidária”. Isso porque é uma via de mão dupla: tanto oferta-se carinho como recebe-se carinho em troca.



O projeto também tem possibilitado a vivência prática de estudantes de graduação da UFES, por meio da disciplina Extensão Rural, os quais colaboram em algumas atividades programadas que são compatíveis com o semestre letivo. A vivência é em grupo e corresponde a umas das notas atribuídas aos(às) estudantes na disciplina. A expectativa é que obtenham uma formação diferenciada, na medida em que o projeto dá oportunidade para questionarem a visão produtivista predominante nos cursos de ciências agrárias.

3. Diálogo com os princípios e diretrizes da Educação em Agroecologia

A experiência da criação da Rede de Comercialização Solidária (RCS-Alegre) pode ser analisada na perspectiva teórica da “construção social dos mercados” (Panzutti, 2011; Silva e Deon, 2013; Marques et al, 2016). Essa abordagem pressupõe que o mercado não é uma entidade separada dos agentes econômicos, como uma "mão invisível" determinante do seu funcionamento. Na verdade, o mercado é “[...] resultado das estruturas e interações sociais, dentro de um contexto histórico determinado [...], que se organiza de acordo com o auto interesse dos agentes inseridos em situações específicas [...]” (PANZUTTI, 2011, p.68).

Acreditamos que o investimento na RCS-Alegre, como um mercado construído socialmente, contribui para reverter o quadro da injusta transferência de renda dos(as) agricultores(as) familiares para os agentes de intermediação comercial, pois as relações na RCS se baseiam em princípios que contrapõem essa forma de exploração dos(as) agricultores(as). Intervenções como essa, em nível da comercialização, são estratégicas como forma de reorganização de cadeias produtivas, favorecendo os(as) agricultores(as) familiares, que costumam ser o elo mais fraco das mesmas.

Uma preocupação da equipe animadora do projeto sempre foi pensar as ações educacionais com base numa concepção dialógica e construtivista do processo de ensino-aprendizagem, conforme preconizado por Freire (1985).

Por sua vez, relacionando à transição agroecológica, é oportuno ressaltar que esse processo envolve, por um lado, a transição interna à unidade produtiva, conforme a concepção de Gliessman



(2005), procurando reduzir o uso de insumos externos, substituir insumos químico-sintéticos por insumos orgânicos e práticas alternativas e, num nível superior, redesenhar o sistema produtivo para que passe a funcionar com base em um novo conjunto de processos ecológicos. Por outro lado, também envolve a transição externa à unidade produtiva, que Mattos (2006) descreve como sendo referente a determinadas condições mais amplas a serem trabalhadas pela sociedade e pelo Estado, as quais incluem:

[...] a expansão da consciência pública, a organização dos mercados e infraestruturas, as mudanças institucionais na pesquisa, ensino e extensão, a formulação de políticas públicas com enfoque agroecológico e as inovações referentes à legislação ambiental (MATTOS, 2006, p.29).

É nesse sentido que se enquadra a questão do consumo responsável e da comercialização solidária como parte essencial das estratégias de transição agroecológica, sem a qual a transição interna pode até vir a ser inviabilizada. A abertura de mercados diferenciados, inspirados na economia solidária, também tem forte efeito indutor da adequação dos processos produtivos, com foco na sustentabilidade.

Acreditamos que a RCS-Alegre tem grande potencial no estímulo à adoção de práticas agroecológicas, a partir do princípio motivador do “consumo responsável”, visando trabalhar a constituição de um grupo que busca:

[...] transformar seu ato de compra em um ato político, agregando preocupações com as questões sociais e ambientais (relacionadas ao lugar do trabalhador na cadeia produtiva e comercial e aos impactos dos padrões de produção e consumo de massa) e de saúde (relacionadas ao direito ao consumo de alimentos livres de agrotóxicos, excesso de industrialização etc.) (BADUE et al., 2013: 107).

A colocação da exigência mínima da produção sem agrotóxicos, para ingresso do(a) agricultor(a) na RCS-Alegre, proporcionou a reflexão sobre o processo produtivo, a qualidade do alimento e a saúde de quem produz e quem consome, aproximando os dois lados da comercialização. Queremos investir para que, cada vez mais, os(as) consumidores(as) da RCS tenham mais conhecimento do ciclo dos produtos, desde a extração de insumos até a fase de processamento, das



relações éticas de trabalho e da importância de pagamento de preços justos. Assim, ficarão sempre atentos(as) quanto à origem dos alimentos e convictos(as) do poder que possuem para determinar a qualidade que esperam dos mesmos, não só na RCS.

A organização de visitas dos(as) consumidores(as) às propriedades dos(as) agricultores(as), que fazem parte da RCS-Alegre, é uma importante estratégia educacional para ampliar os laços solidários de aproximação e interação entre eles. As visitas proporcionam a oportunidade de ver de perto como são produzidos os alimentos que consomem e como vivem e trabalham as famílias de agricultores(as) que os produzem. Porém, ainda falta intensificar as visitas, pois até agora ocorreram somente duas.

4. Considerações finais

Como resultados concretos do projeto, tivemos o grande avanço nos números do PNAE e a criação da RCS-Alegre. Vale frisar que a RCS tem potencial para se consolidar, futuramente, como outro importante mercado solidário no município, em complemento à feira, com a vantagem de funcionar independentemente do poder executivo, ao contrário do PNAE. Tudo vai depender da autogestão da mesma, pelos(as) produtores(as) e consumidores(as) envolvidos(as).

Entre os desafios colocados, nota-se a necessidade das próprias associações assumirem plenamente a gestão compartilhada dos referidos mercados, pois ainda dependem do sindicato e da assessoria externa para se organizarem. E cremos que os mercados solidários abertos são insuficientes para a inserção de mais agricultores(as) e motivação da transição agroecológica.

Além disso, é preciso focar bem mais a adoção de práticas agroecológicas nos sistemas de produção familiar, o que vai requerer uma maior atuação do INCAPER e da própria UFES nesse sentido. No caso da UFES, seria essencial desenvolver projetos interdisciplinares nos quais a agroecologia despontaria como tema transversal, envolvendo, por exemplo, as relações entre as formas de uso do solo (disciplinas de fito/zootecnia), as possibilidades de apropriação social dos produtos e o papel dos consumidores (disciplinas de socioeconomia).



Também falta realizar um trabalho de educação nutricional nas escolas municipais, de modo a despertar nas crianças uma reflexão sobre a alimentação escolar, tocando em pontos como a origem dos alimentos servidos, o modo de produção e as famílias rurais envolvidas, bem como a importância do PNAE nesse contexto.

Referências

BADUE, A. F. B. et al. *Práticas de comercialização: uma proposta de formação para a economia solidária e a agricultura familiar*. São Paulo: Instituto Kairós, 2013.

FREIRE, P. *Extensão ou comunicação?* 8.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

GALJART, B. *Difusão cultural, modernização e subdesenvolvimento*. In: SZMRECSÁNYI, T.; QUEDA, O. (Org.). *Vida rural e mudança social*. São Paulo: Nacional, 1973. p.70-80.

GLIESSMAN, S. R. *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável*. 3.ed. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. (Org.). *Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural*. Porto Alegre: UFRGS, 2016.

MATTOS, L. (Coord.). *Marco referencial em Agroecologia*. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2006.

PANZUTTI, N. da P. M. *Mercado como construção social da realidade*. *Informações Econômicas*, São Paulo, v.41, n.7, p.60-72, jul.2011.

SILVA G. P. da; DEON, P. R. C. *O protagonismo dos agricultores familiares na construção social de mercados – formas de organização e ação*. In: GUIMARÃES, G. M. et al. (Org.). *O rural contemporâneo em debate: temas emergentes e novas institucionalidades*. Ijuí:Unijuí, 2015. p.71-88.